

Fórmula de Bush para a dívida pode decepcionar

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — As primeiras evidências que vêm brotando da Casa Branca indicam que a nova estratégia do governo americano para lidar com o problema da dívida externa dos países em desenvolvimento não terá mudanças significativas em relação ao fracassado Plano Baker, de 1985. Funcionários da administração Bush comentam que não se deve esperar surpresas. E os banqueiros, que poderiam vir a sofrer consequências devido à alterações da política, ou então ser estimulados a uma ação mais incisiva no sentido da redução da dívida, estão tranquilos: em sua opinião quase tudo vai ficar como está.

A nova estratégia deverá ser conhecida na próxima quinta-feira, quando a Casa Branca enviará um documento ao Congresso revelando suas idéias. A parte estritamente econômica está a cargo do Departamento do Tesouro, e há funcionários do Departamento de Estado supervisionando essa tarefa, medindo que



tipo de consequências ou reações determinadas medidas poderão provocar, em especial na América Latina, onde estão os maiores devedores. Também há representantes do Conselho de Segurança Nacional, já que Bush encara o problema como um desafio aos interesses americanos.

— Todo mundo fala em redução da dívida, em especial dos países que mais devem, como Brasil, México e Argentina. Só que o Tesouro não está inclinado a alterar em demasia o Plano Baker. Até aqui o Departamento de Estado é o setor que mais tem pressionado para que houvesse medidas efetivas para o alívio da dí-

vida — disse ao GLOBO um alto funcionário da administração Bush.

O Plano Baker, de 1985, sugeria que os bancos comerciais emprestassem mais dinheiro aos devedores, e estes por sua vez deveriam promover reformas econômicas. A maioria dos países cumpriu a sua parte, mas os bancos se retraíram, reduzindo o fluxo de capital nos últimos quatro anos. Por isso, espera-se que o novo plano contenha mecanismos que propiciem a redução do estoque da dívida através da redução dos juros ou da troca de parte do débito por títulos que seriam negociados no mercado secundário. Para isso, no entanto, seriam necessárias alterações na le-

gislação financeira dos Estados Unidos. E os banqueiros não vêem tal possibilidade a curto prazo.

— Tudo indica que a sugestão da Casa Branca será de que haja operações voluntárias para a redução da dívida em negociações diretas entre bancos e devedores. Só que isso só daria resultado se houvesse mudanças significativas nas regulamentações do setor. Mas do jeito que andam as próprias finanças dos Estados Unidos, nos parece difícil que o governo crie regras que nos permitam descontar no Imposto de Renda, por exemplo, os prejuízos que com a redução — comentou um dos maiores credores do Brasil.

Acontece que hoje há uma forte pressão para que se aumente a arrecadação, e ao mesmo tempo em que estão interessados em promover a redução da dívida os parlamentares americanos são contrários a incentivos fiscais aos bancos. Eles acham que as instituições financeiras já vêm tendo muita ajuda do governo, que investe US\$ 100 bilhões dos contribuintes para salvar bancos que já foram ou estão à beira da falência.